

# Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização

Maria Luiza Belloni\*

## Resumo:

O ser humano não se torna espontaneamente um ser social com competências sociais efetivas. É preciso que as novas gerações, que asseguram a reprodução da sociedade, interiorizem as disposições que as humanizam, tornando-as indivíduos sociais. A socialização é este processo que se desenrola durante toda a infância e adolescência por meio das práticas e das experiências vividas, não se limitando de modo algum a um simples treinamento realizado pelas instituições especializadas. Nas sociedades contemporâneas, as experiências vividas pela criança tendem a se caracterizar, entre outros aspectos: pela confusão entre a vida privada e a vida pública; pela obnubilação das fronteiras entre o mundo adulto e o mundo infantil; por uma maior reflexividade; e por um fosso tecnológico entre as gerações que subverte a relação tradicional entre o adulto que sabe e a criança que não sabe. Este artigo representa uma tentativa de síntese dos diferentes conceitos relativos à socialização em algumas das principais correntes da Sociologia. Trata-se de uma reflexão não exaustiva que pretende trazer uma modesta contribuição para compreender os últimos avanços da Sociologia da Infância, realizados com base na crítica ao conceito de socialização. Tal reflexão se inscreve num trabalho mais amplo que tem como eixo teórico o papel desempenhado pelas diferentes mídias no processo de socialização.

**Palavras-chave:** Crianças-Aspectos sociais. Socialização.

---

\* Doutora em Ciências da Educação – Université Paris V. Pós-doutorado em Comunicação Política – CNRS (França) e pós-doutorado em Educação a Distância – Universidade Aberta de Portugal.

## Criança, indivíduo e sociedade

O ser humano não se torna espontaneamente um ser social, um indivíduo. Mesmo se ele dispõe do “equipamento” cognitivo necessário para tornar-se um ser social, é preciso ativar estas capacidades, desenvolvê-las e estruturá-las para transformá-las em competências sociais efetivas. Neste sentido, é preciso que a criança e o adolescente – as novas gerações que asseguram a reprodução da sociedade – interiorizem as disposições que os humanizam, tornando-os indivíduos sociais capazes de fazer parte integrante de grupos sociais.

A socialização é um processo essencialmente ativo que se desenrola durante toda a infância e adolescência por meio das práticas e das experiências vividas, não se limitando de modo algum a um simples treinamento realizado pela família, escola e outras instituições especializadas. Este processo, extremamente complexo e dinâmico, integra a influência de todos os elementos presentes no meio ambiente e exige a participação ativa da criança. Nas sociedades contemporâneas, caracterizadas pela globalização econômica e cultural e, sobretudo, pela presença crescente de poderosas mídias eletrônicas, e novos e fascinantes objetos técnicos, as experiências vividas pela criança tendem a se caracterizar, entre outros aspectos: pela confusão entre a vida privada e a vida pública; pela obnubilação das fronteiras entre o mundo adulto e o mundo infantil; por uma maior reflexividade; e por um fosso tecnológico entre as gerações que subverte a relação tradicional entre o adulto que sabe e a criança que não sabe.

Ao longo do processo de socialização do qual elas são atores principais e sujeitos ativos, as crianças são também objeto da ação de várias instituições especializadas, entre as quais as mais importantes são a família, a escola, as igrejas e as mídias. A estruturação da personalidade se realiza na prática interativa das crianças com seu universo de socialização que inclui, além destas instituições, os diferentes grupos de pares, formados na família, na escola e no bairro. Para a criança, a sociedade é formada, em primeiro lugar, pela família e pela escola, e em seguida por todos os elementos que compõem seu universo de socialização: o grupo de amigos do bairro, os diferentes adultos de referência, e as pessoas da igreja ou do clube eventualmente freqüentados pela família.

O processo de socialização é o espaço privilegiado da transmissão social dos sistemas de valores, dos modos de vida, das crenças e das representações, dos papéis sociais e dos modelos de comportamento. Este processo de aprendizagem varia de acordo com o universo de socialização, forçosamente diferente segundo a origem social da criança, definida pela sociedade onde ela vive, pela classe social a que pertence e pelo grupo familiar. Enquanto a família, a classe social, o bairro e, às vezes, a religião são fatores de diferenciação das crianças, a escola e a mídia funcionam como fatores de unificação – o objetivo é o consenso ou a coesão social –, difundindo os valores e as normas que se pretende sejam comuns a todos os membros de uma sociedade. As instituições de socialização, especialmente a escola e as mídias, desempenham o papel de guardiãs e de difusoras de uma espécie de síntese dos valores hegemônicos que formam o consenso indispensável à vida social.

A socialização é um processo de relações humanas, e as primeiras interações que se constroem entre a criança e o *outro* ocorrem no círculo familiar, ligando a criança à sua família, notadamente à mãe. A Psicologia insiste sobre a importância das emoções, pois o primeiro vínculo que liga a criança ao outro (em geral, a mãe) é um laço afetivo. Na família, a criança aprende a inibir certas emoções e a exteriorizar outras. Adquire a linguagem, que lhe permite nomear e, portanto, conhecer e se representar o mundo; compreender suas emoções e dominá-las, e compreender e aceitar as emoções dos outros. A família é, pois, uma instância-chave para a *socialização primária*. Nas sociedades contemporâneas, ela vem sofrendo mudanças profundas que transformam os modos como ocorre o processo de socialização. A maior participação da mulher no mercado de trabalho, as mudanças na estrutura familiar (divórcio, famílias recompostas, monoparentais...), a importância das mídias de massa, entre outros, são fatores de mudança que afetam o papel da família no processo de socialização. A família permanece uma instância fundamental de socialização, mas as formas assumidas por sua ação neste processo estão profundamente transformadas pela modernidade, inclusive pela ação ainda desconhecida das novas tecnologias de informação e comunicação.

A escola, como a família, está confrontada à concorrência de outras instâncias de socialização, tendo dificuldades de enfrentar e/ou integrar as imagens e os valores difundidos pelas mídias e os modos de socialização

entre pares que caracterizam muitos jovens de hoje (turmas, clubes, etc.). A televisão aparece como uma concorrente importante, constituindo, com as outras mídias, uma espécie de *escola paralela* que contribui ao questionamento da legitimidade da escola (seus conteúdos e seus métodos) como instância que detinha um quase monopólio da transmissão do saber: a escola não é mais o único lugar onde se aprende. Este tema é recorrente em muitos estudos e não cabe retomá-lo aqui (BELLONI, 2001; PORCHER, 1974).

Os parágrafos que se seguem representam uma tentativa de síntese dos diferentes conceitos relativos à socialização em algumas das principais correntes da Sociologia. Trata-se de uma reflexão não exaustiva que pretende trazer uma modesta contribuição para compreender os últimos avanços da **Sociologia da Infância**, considerada como novo subcampo que tem estado no centro das discussões no campo da Educação e que vem **se construindo a partir da crítica ao conceito de socialização** (SIROTA, 2006; MONTANDON, 2006; JAMES; PROUT, 1997; PROUT, 2005). Cabe lembrar que as reflexões aqui apresentadas fazem parte de um trabalho bem mais amplo sobre as relações entre crianças e mídias, que venho desenvolvendo desde os anos 1980, tendo como eixo teórico **o papel desempenhado pelas diferentes mídias no processo de socialização**.

Corsaro (2005), para tomar o exemplo de um dos autores mais conhecidos desta crítica, pretende substituir o conceito de socialização por seu conceito de “*reprodução interpretativa*”, inspirado, principalmente, nas idéias de G. H. Mead e E. Goffman. Segundo Corsaro (2005), as crianças se apropriam criativamente da informação vinda do adulto para criar suas próprias culturas de pares. Esta reinterpretação dos conteúdos culturais constitui o núcleo central do processo de desenvolvimento da criança, concebido como a construção de uma cultura específica, sendo o foco da Sociologia da Infância. Sem pretender esgotar o assunto, mas apenas dar início à polêmica, cabe lembrar que, embora a criança seja, sem dúvida, um ator ativo e criativo em seu processo de socialização, não se pode minimizar ou praticamente ignorar, como faz Corsaro (2005), a ação sistemática e objetiva das instâncias de socialização, institucionais ou não. Dentre elas, não posso deixar de enfatizar as técnicas de comunicação (ou mídias) que impregnam com uma força extraordinária as culturas infantis.

Se é bem verdade que as mídias não substituem a intersubjetividade das crianças, sua criatividade ou autonomia, é preciso, porém, não esquecer que, no mínimo, estas máquinas maravilhosas fornecem conteúdos (imagens, símbolos, valores, modelos, representações) de que as crianças se apropriam e que elas reelaboram, criando suas culturas de pares, contribuindo, assim, para a reprodução da cultura de suas sociedades. Como dizia Piaget (1968) em sua concepção interativa do processo de socialização, o meio ambiente impõe sua realidade, mas a criança é ativa, fazendo dele seu campo de ação e de representação. A socialização constitui este processo de ação e interação das crianças com o mundo exterior, durante o qual se formam as estruturas de consciência e no qual o grupo de pares é fundamental.

Compreender e explicar a infância hoje implica retomar e discutir a evolução do próprio conceito de socialização, questionado por muitas correntes dentro e fora dos campos da Educação e da Sociologia, situando-o com relação às correntes clássicas da Sociologia. Tal reflexão busca forjar ferramentas conceituais que nos ajudem a compreender as relações entre indivíduos e sociedade, a construção das identidades pessoais, os modos como ocorrem as interações sociais e como se constrói o vínculo social nas sociedades contemporâneas.

Do ponto de vista da Sociologia, o processo de socialização é um fator de reprodução das estruturas sociais, materiais e simbólicas, sendo, por consequência, um mecanismo muito eficaz de controle social e, por isto, objeto da atenção e da ação de diversas instituições sociais. Ao contrário da concepção determinista de Durkheim e do que está implícito em muitas teorias pedagógicas mais recentes, a socialização **não é** um processo de inculcação de valores e saberes pela família, escola e outras instituições, complementada pela influência mais ou menos difusa de elementos do meio ambiente natural e social. **Do ponto de vista da criança**, a socialização constitui um processo de apropriação e de construção, por meio da participação ativa do indivíduo jovem que intervém, age e interage com todos os elementos de seu universo. Nos dias de hoje, na maioria das sociedades, as **mídias** constituem um dos elementos mais importantes deste universo, especialmente as mídias digitais e as redes telemáticas, que tendem a penetrar, com grande impacto e consequências ainda desconhecidas, nas estruturas simbólicas da sociedade, e no cotidiano das

crianças e adolescentes (CHOMBART DE LAUWE; BELLAN 1979; BELLONI,1992; LURÇAT, 1983, 1984).

A socialização das novas gerações constitui um dos elementos mais importantes da reprodução social, não apenas cultural, mas econômica e política. A sociedade reproduz suas estruturas simbólicas por meio de um processo extremamente complexo de transmissão da cultura: conhecimentos, técnicas, valores, símbolos, representações, normas e papéis sociais são apresentados como saberes imprescindíveis, imagens identitárias atraentes e modelos inelutáveis de comportamento. A integração desses saberes, imagens e modelos à experiência vivida pela criança constitui o processo de socialização, que é o resultado da interação de crianças e adolescentes com o meio ambiente social e natural em que eles vivem, e não apenas, como querem certas abordagens clássicas, o efeito da ação da sociedade e suas instituições sobre a criança. As interações típicas deste processo são fundamentalmente mediatizadas pela linguagem, embora não exclusivamente, como mostram, por exemplo, as análises de Bourdieu (1998) em *A dominação masculina*, sobre a incorporação de *habitus* que se traduzem por atitudes corporais. A linguagem é, no entanto, um elemento essencial a este processo, e é por isso que nossos estudos se baseiam sempre no discurso das crianças sobre as mídias e suas mensagens.

Ao contrário das concepções clássicas do processo de socialização como a ação determinante da sociedade sobre o indivíduo, as tendências atuais colocam em evidência o caráter ativo e interativo da criança como ator deste processo. Cabe lembrar que, se, por um lado, é verdade que as antigas teorias falharam em perceber a importância da criança como ator principal deste processo, por outro, a realidade mudou profundamente, e as crianças ganham importância crescente como atores sociais na sociedade de consumo globalizada.

O conceito de socialização é extremamente complexo e varia segundo as correntes da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia, indo de concepções mais deterministas (funcionalismo; behaviorismo; estruturalismo; Durkheim; Freud) a abordagens mais abertas e dialéticas (interacionismo simbólico; conceito de *habitus* de Bourdieu; o construtivismo de Piaget e Vigotski, na Psicologia; ação comunicativa de Habermas). É importante ressaltar que o conceito de socialização evolui segundo os momentos históricos, não apenas ao sabor do sucesso ou insucesso das

diferentes correntes teóricas, mas, sobretudo, em decorrência das mudanças sociais que transformam as sociedades e suas instituições socializadoras, bem como o estatuto social, a visibilidade e a hegemonia de grupos e indivíduos. Assim, as noções teóricas relativas ao processo de socialização vêm se modificando significativamente a partir das duas últimas décadas do século 20, não somente em função do sucesso de novas abordagens que se desenvolveram nas Ciências Humanas (teorias da pós-modernidade, estudos feministas, multiculturalismo...), embora estes desenvolvimentos tenham sido fundamentais para o surgimento da Sociologia da Infância. São, porém, as transformações relativas à família, à situação social da mulher, ao estatuto da criança e do adolescente ocorridas no bojo das mudanças socioeconômicas das sociedades contemporâneas que explicam o surgimento da infância como categoria social agora considerada relevante, e em decorrência, o desenvolvimento de uma sociologia temática dedicada à compreensão da infância.

### **Processo de socialização: um conceito a ressignificar**

A **socialização** como categoria sociológica básica pode ser compreendida dialeticamente em seu duplo aspecto como a ação da sociedade sobre as crianças e a apropriação do universo de socialização pela ação das crianças. Categoria estrutural cujas formas concretas variam segundo as sociedades, a socialização das novas gerações deve ser entendida como um processo extremamente complexo e dinâmico, cuja compreensão e explicação (objetivo central de uma Sociologia da Infância) exigem abordagens interdisciplinares e históricas que levem em consideração sua complexidade e sua dinâmica.

Os trabalhos de Margaret Mead sobre os ritos de iniciação e diferenças de gênero em tribos de Samoa (Oceania) revelam claramente o caráter fundamentalmente cultural do processo de socialização. Suas pesquisas, realizadas nos anos 1930, mostram que não existem personalidades femininas e masculinas naturais: os comportamentos diferenciados de gênero se inserem em quadros culturais estabelecidos que definem os papéis e os modelos de comportamentos de cada sexo. Assim, as atitudes afetuosas com relação às crianças, típicas dos *Arapesh*, são normas válidas para os homens e para as mulheres, e os homens adotam comportamentos que seriam qualificados de “femininos” nas sociedades

ocidentais. Do mesmo modo, na tribo *Mundugumor*, a agressividade é a norma para os dois sexos, e as mulheres adotam comportamentos que tenderíamos a considerar como “masculinos” em nossa sociedade. A socialização produz, pois, tipos sociais adaptados a um contexto social e determina as estruturas mentais que caracterizam o que chamamos de personalidade dos indivíduos (MEAD, 2004, especialmente capítulos V e XI). Nesta concepção típica da Antropologia Culturalista, está muito claro que, longe de serem resultados de disposições inatas, a personalidade e, no exemplo específico, os comportamentos relativos à maternidade, à parentalidade e à criação das crianças são amplamente determinados pela ação da sociedade sobre os indivíduos. Evidentemente, trata-se de estudos clássicos sobre sociedades simples (pouco diferenciadas), nas quais haveria uma prevalência da *solidariedade mecânica* e da *consciência coletiva*, para usar os termos de Durkheim. Cabe perguntar se nas sociedades complexas contemporâneas, onde o individualismo se tornou o valor dominante e nas quais o narcisismo é uma característica marcante, a ação da sociedade é menos determinante no processo de socialização das novas gerações e de reprodução das estruturas simbólicas da sociedade. É o que tentaremos elucidar de modo evidentemente não exaustivo no quadro deste artigo.

Para Durkheim (1958), o indivíduo socializado é o produto das influências múltiplas da sociedade, e o objetivo da socialização é a manutenção do *consenso* que torna possível a vida social. Na concepção de Durkheim (1958, p. 17), “[...] a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda não estão amadurecidas para a vida social”. Neste sentido, a educação consiste na “socialização metódica das novas gerações”, e sua função é perpetuar e reforçar a integração social, pela formação do “ser social”, concebido como “[...] sistema de idéias, de sentimentos e de hábitos que exprimem em nós, não a nossa personalidade (ser individual), mas o grupo ou os diferentes grupos de que participamos” (DURKHEIM, 1958, p. 18). No quadro teórico de uma concepção determinista da relação indivíduo/sociedade, Durkheim compreende a socialização como um processo de desenvolvimento da *consciência coletiva* no jovem indivíduo, com vistas ao consenso (coesão social), entendido como uma comunidade de idéias, crenças religiosas, tradições nacionais ou profissionais, opiniões coletivas, normas e regras aceitas por todos os membros da sociedade (DURKHEIM, 1958, p. 51). Nesta teoria, a



sociedade antecede e transcende o indivíduo, sendo-lhe, ao mesmo tempo, exterior e imanente. Os fenômenos sociais são fatos exteriores ao indivíduo e exercem sobre ele uma influência forte definida como “*coerção*” (*contrainte*). A socialização só pode realizar-se plenamente, pois, como uma relação entre a autoridade moral de um adulto e a atitude positiva (receptiva) da criança. Esta implicação entre indivíduo e sociedade fundamenta a transmissão da experiência acumulada pelas gerações passadas, baseada na autoridade (do adulto educador) e na passividade ou receptividade (da criança aprendiz). O objetivo da socialização é a transmissão da cultura, e a mola mestra da educação é a autoridade (entendida como autoridade moral daquele que sabe). No contexto da passagem do século 19 ao século 20, a concepção autoritária de Durkheim (1958) se explica pela busca de compreender o caráter conflituoso da sociedade industrial e pelo forte desejo de conceber a educação como meio de resolver os conflitos, desenvolvendo a consciência coletiva, num contexto novo de crescente individualismo. Segundo ele,

[...] o antagonismo entre indivíduo e sociedade não corresponde a nada nos fatos. [...] O indivíduo, ao querer a sociedade, quer-se a si mesmo. A ação que ela exerce sobre ele, notadamente por meio da educação, não tem por objeto e por efeito de comprimi-lo, de diminuí-lo, de desnaturalizá-lo, mas, ao contrário, de engrandecê-lo e de fazer dele um *ser verdadeiramente humano*. (DURKHEIM, 1958, p. 58, grifos do autor).

Assim, para Durkheim (1958), o indivíduo se torna humano, isto é, social, ao interiorizar os saberes, os sentimentos e as normas sociais, ou seja, a cultura, concebida como consciência coletiva.

Para Durkheim (1958), não existe sociedade sem *consciência coletiva*, embora esta possa recobrir uma parte mais importante (sociedades simples, de *solidariedade mecânica*) ou menos importante (sociedades complexas, de *solidariedade orgânica*) da consciência dos indivíduos. A socialização é um fenômeno universal, cujas formas, evidentemente, variam segundo contextos sociais diferentes. Sua função, porém, em qualquer sociedade, é desenvolver a consciência coletiva que torna possível o consenso. O que é importante em Durkheim é a ênfase no fato que a sociedade tem necessidade de que os indivíduos sejam semelhantes, mesmo quando o individualismo se torna

o valor dominante, e que tal semelhança é construída pela ação sistemática das instituições socializadoras e pela aceitação das normas como legítimas pelos indivíduos.

Parsons (1955), cuja obra é um dos pilares da Sociologia Funcionalista norte-americana, busca construir uma teoria geral da ação humana a partir de uma síntese de abordagens clássicas (Durkheim, Weber, Freud...). Durkheim lhe fornece a noção de uma sociedade concebida como um todo coerente, com uma unidade funcional. Em Freud e G. H. Mead, ele encontra a confirmação de suas intuições quanto à importância da infância na formação do indivíduo. Sua ênfase, porém, é a teoria da ação de Weber, que busca compreender as interações sociais a partir das motivações das ações dos indivíduos e grupos. Sua concepção de socialização, que se tornou clássica no quadro da Sociologia norte-americana, deve ser entendida no contexto de uma concepção da sociedade como sistema, formado por quatro subsistemas de ação (biológico, psíquico, social e cultural). Neste contexto teórico, Parsons (1955) propõe um processo de socialização que preenche quatro funções interdependentes:

- função de *latência*: a socialização deve assegurar a estabilidade das normas de modo a fornecer um quadro previsível para a ação dos indivíduos;
- função de *integração*: a socialização deve propiciar a coordenação das ações dos indivíduos;
- função de *atingimento de metas* (*goal-attainment*): a socialização deve permitir a definição e a realização de metas de ação;
- função de *adaptação*: a socialização deve possibilitar a adaptação dos meios aos fins, ou seja, a adaptação dos indivíduos a seu meio ambiente natural e social.

Embora busque compreender e explicar as bases da ação social, ou seja, construir uma *teoria da ação*, Parsons se aproxima das concepções culturalistas (Linton e Merton, por exemplo), no sentido de propor uma noção conformista do processo: a socialização deve assegurar a adaptação dos indivíduos a seu meio ambiente social, tornando seus comportamentos conformes às normas. A ação socializadora da sociedade, através de suas diferentes instituições, é concebida, do mesmo modo que as relações entre indivíduo e sociedade, como uma ação normativa, que fornece ao indivíduo um quadro normativo ao qual ele deve se adaptar (BOLLIET; SCHMITT, 2002).

No contexto de uma visão radicalmente diferente das relações entre indivíduo e sociedade, a tradição sociológica interacionista norte-americana busca, desde seus primórdios, compreender os processos de construção do ser social a partir do ponto de vista do indivíduo. Assim, Mead (2006) propunha, já nas primeiras décadas do século 20, uma teoria da socialização reconciliando Sociologia e Psicologia, e abrindo o campo à problemática da construção da identidade individual. Segundo este autor (criador, com John Dewey, do que seria mais tarde a prestigiosa “Escola de Sociologia de Chicago”), a socialização não é somente o processo de transmissão e interiorização da cultura, mas se torna o processo de constituição do ser social, de construção da identidade pessoal, do *eu (self)*, no contato com o *outro*. O elemento mais importante aqui é, sem dúvida, a compreensão do processo de socialização como construção da identidade que ocorre na interação, o que implica o reconhecimento social do personagem que se constrói, a consideração do *outro* e a incorporação de papéis sociais que significam a aprendizagem de modelos. A socialização implica a compreensão do *outro* que coloca em jogo a faculdade de comunicação e a faculdade simbólica característica dos seres humanos, notadamente através da linguagem.

Mead (2006) insiste particularmente na importância do jogo (*playing/brinquedo*) neste processo, que passa por três momentos fortes, reveladores da importância da socialização na infância:

- na primeira infância, a socialização se traduz em aprendizagens que desenvolvem a observação do outro (imitação inconsciente de comportamentos dos pais, por exemplo): ao brincar de boneca, de “papai e mamãe”, a criança assume os comportamentos dos adultos de seu meio social;
- num segundo momento da infância, a socialização vai tornar a criança capaz de se integrar num jogo enquadrado por regras exteriores e explícitas (jogos de equipe, jogos de salão, etc.) que são objetivadas. O processo de socialização conduz, pois, a uma abstração cada vez maior da relação da criança com a regra. É importante ressaltar que, enquanto no primeiro momento a interação se construía em bases interpessoais, agora as condutas se orientam em função das expectativas de um “*outro generalizado*”, impessoal. Também é fundamental notar que a importância do

jogo revela claramente que a socialização não se baseia unicamente em mecanismos institucionais;

- na última etapa, a adolescência, o indivíduo é formado como ser social: o processo de socialização se termina pela **apropriação subjetiva** do espírito da sociedade (*mind*). O indivíduo adquire o reconhecimento do grupo e se identifica com os papéis sociais, aprendendo a desempenhá-los de modo pessoal. Para Mead, o indivíduo socializado é sempre confrontado à ambivalência entre a conformidade – necessária ao reconhecimento do grupo – e a criatividade – expressão de sua subjetividade. Ele é objeto de uma tensão constante entre o pertencimento a uma comunidade preexistente e as múltiplas possibilidades de escolha de papéis que ele pode assumir. Mead (2006) desvela estas tensões que mostram que, se o indivíduo é produto da sociedade, ele, ao mesmo tempo, também contribui a inventá-la, a produzi-la. Isto significa que, embora a marca da socialização seja muito forte, ela deixa lugar à criatividade.

As concepções de Mead, especialmente quanto aos papéis sociais, são extremamente importantes até hoje, tendo influenciado teorias tão diferentes como a teoria da ação de Parsons, os trabalhos de Goffman, as correntes contemporâneas interacionistas e fenomenologistas (interacionismo simbólico e etnometodologia), e inspirado sociólogos contemporâneos tais como Habermas e Corsaro. Peter Berger chama a atenção para o caráter fecundo das concepções de Mead, na compreensão das relações contraditórias entre indivíduo e sociedade, particularmente no processo de socialização. Para ele, o alcance da teoria dos papéis sociais é significativo e pode ser assim resumido: na perspectiva da Sociologia, a identidade do indivíduo é conferida, confortada e transformada por processos sociais. Mesmo os papéis mais subjetivos, que resultam mais fundamentalmente do que os psicólogos chamam nossa personalidade, nos são conferidos por um processo social. Para ele, isto foi amplamente demonstrado nos estudos sobre o processo de socialização, definido como “o processo pelo qual uma criança aprende a ser um membro por inteiro da sociedade”. Para Berger (2006, p. 137, meus grifos):

A análise teórica mais penetrante deste processo é sem dúvida a de Mead, onde a gênese do *eu* aparece como

se confundindo com a descoberta da sociedade: a criança descobre quem ela é aprendendo o que é a sociedade. Ela aprende a desempenhar os papéis que são os seus aprendendo, como diz G. H. Mead, a “assumir o papel do *outro*” – o que, observe-se *en passant*, é a função psicossociológica do jogo, no qual as crianças brincam de desempenhar todo tipo de papéis sociais e, ao fazê-lo, descobrem a significação dos papéis que lhe são atribuídos. Toda esta aprendizagem ocorre e só pode ocorrer em interação com outros seres humanos, pais ou quem quer que crie a criança. A criança assume primeiro os papéis em relação com o que Mead chama os “*outros privilegiados*”, isto é, as pessoas de seu círculo familiar, cujas atitudes são determinantes para a formação de sua concepção de si mesma. Mais tarde a criança aprende que os papéis desempenhados têm sentido não apenas para seu círculo íntimo, mas têm a ver com as expectativas da sociedade em geral com relação a ela (criança). Este nível superior de abstração na resposta social, Mead designa como a descoberta do “*outro generalizado*”.

Ao mesmo tempo em que vai construindo esta concepção geral da sociedade, a criança vai forjando uma concepção clara de si mesma. O “eu” e a “sociedade”, na experiência da criança, são as duas faces da mesma moeda. A identidade de cada indivíduo não é, pois, algo pronto, dado e recebido, ela vai sendo atribuída e construída em atos de reconhecimento social. Mesmo sem considerar as questões biológicas, podemos dizer que, para Berger, o ser humano existe quando ele é reconhecido como humano, e que a criança privada de atenção e de afeição se desumaniza. A criança que é respeitada se respeita a si mesma, e um menino considerado como turbulento vai acabar por se tornar turbulento, e assim por diante, poderíamos elencar um grande número de exemplos.

A estas concepções baseadas no conceito de *papel social*, Berger vai acrescentar a teoria do *grupo de referência*. Segundo ele, na socialização, o universo social é interiorizado pela criança. O mesmo processo se repete, em grau sem dúvida mais fraco, cada vez que um adulto é introduzido em um novo grupo social. A sociedade não é, pois, somente algo de “exterior”, no sentido durkheimiano do termo, mas ela está também “dentro” de

nós, ela faz parte de nosso ser mais interior. Este autor insiste na evidência de que é preciso considerar a interiorização para compreender o fato incrível de que a maioria dos controles externos funcionem a maior parte do tempo para os indivíduos de uma sociedade. Não somente a sociedade controla nossos movimentos, mas ela modela nossa identidade, nossos pensamentos e nossas emoções. “As estruturas sociais se tornam as estruturas de nossa consciência. A sociedade não pára na superfície de nossa pele, ela nos penetra tanto quanto ela nos envolve” (BERGER, 2006, p.160). Segundo Berger, cuja proposta de inspiração fenomenologista tenta escapar deste determinismo, “[...] é com nossa colaboração que somos jogados no cativeiro”. Numa obra dos anos 1960 (*A construção social da realidade*), Berger e Luckmann (2006) propõem a integração das abordagens de Durkheim e Mead, num encontro um tanto improvável que tenta explicar a dialética da relação entre indivíduo e sociedade. Tal integração foi mais tarde retomada e aprofundada por outros autores, notadamente por Habermas. Neste livro, os autores propõem, inspirando-se em Mead, uma distinção entre dois momentos do processo de socialização: de um lado, uma socialização *primária*, própria à infância e graças à qual um indivíduo se torna um membro da sociedade e que acaba quando o conceito de “*outro generalizado*” estiver construído; e, de outro lado, um conjunto ininterrupto de *socializações secundárias*, pelas quais os indivíduos de todas as idades, em sociedades complexas (altamente diferenciadas), interiorizam papéis, normas e representações diversas que lhes permitem se tornar atores em setores diferentes e situações novas. Berger e Luckmann (2006) elaboram uma concepção dinâmica de ator, sujeito a processos de socialização múltiplos e contraditórios, nunca acabados, porque inacabáveis, e se desenvolvendo ao longo de toda a vida, e não apenas na infância. Assim, sem colocar em questão os elementos constitutivos do indivíduo adquiridos na infância (socialização primária), os autores chamam a atenção para o **caráter dinâmico e não determinado** da socialização, e para as possibilidades de transformações identitárias ao longo da existência humana (BERGER; LUCKMANN, 2006). No entanto, esta abordagem (que se inscreve na tradição da fenomenologia), ao construir a vida social a partir das consciências subjetivas, subestima o peso da objetividade da vida social na “construção da realidade”: o fato de que, **uma vez objetivados**, os fatos sociais adquirem uma vida própria independente da vontade dos

indivíduos, pois eles são o resultado de uma interdependência múltipla de ações sociais.

A contribuição de Bourdieu para a compreensão do processo de socialização não oferece nada de realmente original em relação ao que já foi visto no rápido quadro esboçado acima. Sua abordagem se situa na tradição das concepções deterministas que consideram que a ação da sociedade modela os indivíduos, seja a tradição funcionalista durkheimiana ou norte-americana, seja o estruturalismo marxista. No entanto, ao contrário dos autores acima mencionados, os conceitos de *habitus* e dos diferentes tipos de *capital* (*social, cultural, simbólico, econômico*) permitem compreender com maior precisão os modos como o processo de socialização é permeado pelas desigualdades sociais, no interior de qualquer sociedade. A concepção de sociedade de Bourdieu se insere em uma teoria da dominação: a sociedade é composta de diferentes grupos sociais e pode ser representada como um sistema de posições diferenciadas, algumas dominantes e outras dominadas, o que evidencia a perspectiva de um processo de socialização socialmente diferenciado.

A posição social, definida pelo grupo social de origem da criança, leva a um determinado tipo de socialização e, por consequência, à transmissão de um *habitus* específico. O *habitus*, definido como um “[...] conjunto de disposições, de maneiras de pensar, de sentir, de se comportar, socialmente constituído e incorporado pelos indivíduos”, apresenta uma dupla dimensão quanto à dialética da relação entre indivíduo e sociedade: ele é, ao mesmo tempo, *interiorização* das estruturas objetivas (ação da sociedade que modela a personalidade dos indivíduos) e *exteriorização*, pois o *habitus* se traduz nos comportamentos. Os indivíduos agem em função do *habitus* específico de sua classe social, têm a ilusão de poder escolher, mas de fato a sociedade determina sua ação pela mediação do *habitus*. Tal determinação não é, porém, absoluta, pois o *habitus* é um sistema de *disposições* que o indivíduo pode mobilizar ou não em suas ações. O *habitus* é, para Bourdieu, uma tendência provável, mas não uma determinação inelutável. A transmissão do *habitus* está no centro do processo de acumulação de capital cultural e simbólico que assegura a reprodução da sociedade (BOURDIEU, 1971). O autor é polêmico, e as muitas críticas feitas à obra de Bourdieu, especialmente ao conceito de *habitus* (que não podemos referir aqui por absoluta falta de espaço e de pertinência), foram um estímulo significativo

ao pensamento sociológico contemporâneo. Dentre elas, cabe lembrar a crítica de Lahire, que chama a atenção para o caráter plural do indivíduo nas sociedades complexas. Lahire afirma que o conceito de *habitus* de Bourdieu seria adequado apenas às sociedades tradicionais, comunitárias, criticando o caráter totalizante do *habitus* aplicado às sociedades contemporâneas complexas, nas quais os indivíduos interiorizam múltiplos *habitus* em espaços variados de socialização, vivendo experiências sociais múltiplas, em contato com pessoas de referência que desempenham diferentes papéis (LAHIRE, 1998). É importante lembrar, também, que o contexto pode ter efeitos inibidores dos *habitus* e que existe sempre uma margem imponderável de liberdade nas ações individuais e nas interações sociais que aponta para a necessidade de a Sociologia superar o tradicional dilema entre determinismo social e liberdade individual, entre uma visão a-histórica e estática e uma visão dialética que considere o caráter dinâmico e contraditório das sociedades modernas.

Habermas vai tentar superar este dilema com sua teoria da *ação comunicativa*, que oferece uma outra interpretação da modernidade, como projeto inacabado, ao qual faltaria uma mudança radical de paradigma que levasse à substituição da ação instrumental ou estratégica, voltada para o sucesso, dominante nas sociedades modernas, por uma *ação comunicativa*, fundada na *intersubjetividade* e na *intercompreensão*. Ao elaborar um conceito de sociedade como um conjunto contraditório de duas esferas – *interação e trabalho* –, Habermas faz a crítica do binômio *infra e supra-estrutura*, pilar do marxismo, e abre a perspectiva de esferas culturais autonomizadas – de interação –, nas quais o debate e o diálogo (uma razão dialógica, baseada na *intercompreensão* e na *intersubjetividade*) seriam possíveis na tentativa de propor novos modelos interpretativos da transformação social (FREITAG, 2004). O conceito de *mundo vivido* funciona como um pano de fundo da ação comunicativa: o ator age em uma determinada situação, cujos dados ele deve interpretar e dominar, e isto vale para os outros atores, cujas ações intervêm na mesma situação, e cujas interpretações e ações ele deve considerar. Evidentemente, é impossível resumir aqui a teoria da ação comunicativa, mas é importante ressaltar sua contribuição para a compreensão do processo de socialização. Os conceitos de “mundos” e “esferas” são valiosos no sentido de compreender a relação entre indivíduo e sociedade, do mesmo modo que os conceitos de *intercompreensão* e



*intersubjetividade* são fundamentais para compreendermos os diferentes tipos de ação social. Habermas (1987) elabora sua teoria da sociedade, fazendo uma síntese crítica da contribuição de todos os grandes sociólogos do século 20. Herdeiro do projeto de uma teoria social crítica da Escola de Frankfurt, ele vai buscar na Sociologia norte-americana de Parsons e dos interacionistas, bem como na semiótica (pragmática universal) e na fenomenologia ferramentas teóricas e metodológicas para construir sua teoria da ação.

Buscando ir além do dilema entre indivíduo e sociedade, Habermas propõe uma visão da sociedade como composta por três mundos interconectados pela ação dos atores sociais: um *mundo objetivo*, da natureza externa, que se impõe ao indivíduo e cujos critérios de validade correspondem ao saber válido por sua verdade (científica); um *mundo social*, da sociedade, que corresponde às normas que o indivíduo deve conhecer e aceitar (ou não) como justas, no qual os critérios de validade e, pois, de legitimidade são ligados à justiça; e um *mundo subjetivo*, que corresponde à natureza interna do indivíduo e cujos critérios de validade estão ligados à sinceridade e à autenticidade. A cada um destes mundos, correspondem funções universais da linguagem: no mundo objetivo, a linguagem tem como função a apresentação (científica, objetiva) de estados de coisas; no mundo social, a linguagem serve a estabelecer as relações interpessoais, e a legitimar normas e escolhas; e no mundo subjetivo, a linguagem tem como função a expressão de experiências subjetivas. Ao adotar o ponto de vista do *mundo vivido* e não o do *ator*, Habermas tenta compreender quais são as funções da *ação intercompreensiva* na reprodução do mundo vivido: ao entenderem-se sobre a situação na qual interagem, “[...] os atores mobilizam os recursos de suas tradições culturais ao mesmo tempo em que as renovam”; ao coordenarem suas ações, “eles se apóiam em seu pertencimento a grupos sociais” e reforçam sua integração; “ao participarem de interações com pessoas de referências que agem de modo competente, os adolescentes *interiorizam* as orientações axiológicas de seus grupos sociais e *adquirem* capacidades práticas generalizadas” (HABERMAS, 1987, p. 435). A ação comunicativa tem uma função essencial na reprodução das estruturas simbólicas:

Do ponto de vista funcional da *intercompreensão*, a ação comunicativa serve a transmitir e a renovar o saber

cultural; do ponto de vista da *coordenação da ação*, ela cumpre as funções da integração social e da criação da solidariedade; do ponto de vista da *socialização*, enfim, a ação comunicativa tem por função formar identidades pessoais. As estruturas simbólicas do mundo vivido se reproduzem pelas vias da manutenção de um saber válido, da estabilização de solidariedades de grupo e da formação de atores responsáveis. (HABERMAS, 1987, p. 435, grifos do autor).

Processo de interação por excelência, mediatizado (principalmente, mas não exclusivamente) pela linguagem, a socialização pertence à **dimensão do tempo histórico** no processo de reprodução das estruturas simbólicas do mundo vivido. Segundo Habermas, esta reprodução apresenta três dimensões: uma dimensão *semântica*, de significações e conteúdos da tradição cultural; a dimensão do *espaço social*, dos grupos socialmente integrados com seus valores e normas; e a dimensão do *tempo histórico*, da sucessão de gerações, ou seja, a dimensão da socialização das novas gerações que assegura a reprodução social. Elemento essencial de sua concepção paradigmática da sociedade, o *agir comunicativo* tem, no processo de socialização, a função de “*formar as identidades pessoais*”, isto é, formar “*atores responsáveis*” num processo baseado em relações intersubjetivas e na intercompreensão, bem distante das concepções deterministas (HABERMAS, 1987, p. 435).

“A estes processos da *reprodução cultural*, da *integração social* e da *socialização*, correspondem os componentes estruturais do mundo vivido: a cultura, a sociedade e a pessoa” (HABERMAS, 1987, p. 435, grifo do autor). A cultura, a sociedade e a pessoa, tais são para Habermas os componentes estruturais do mundo vivido. A socialização corresponde à pessoa e constitui o processo de formação da personalidade, isto é, das “[...] competências graças às quais o sujeito adquire a faculdade de falar e agir e portanto de participar dos processos de intercompreensão e de aí afirmar sua própria identidade”. É na interação com as “[...] pessoas de referência que agem de maneira competente” que os adolescentes interiorizam as “[...] orientações axiológicas de seus grupos sociais e adquirem capacidades práticas generalizadas” (HABERMAS, 1987, p. 435). O agir comunicativo está na base desta interação socializadora, e a comunicação verbal permite a socialização, entendida como controle interno

e formação de estruturas de personalidade. Como Piaget, Habermas concebe a socialização como um processo interativo: a criança interage e domina as situações novas a partir das experiências de seu mundo vivido, do espaço social e das tradições culturais que formam seu meio ambiente. Também como Piaget, para Habermas, a interação com os pares é fundamental no processo de socialização: tão ou, às vezes, mais importante que a interação com os adultos de referência, institucionalizados ou não. No entanto, seu conceito de ação comunicativa, baseado nas idéias de intercompreensão e de uma razão não instrumental, parece bem distante das possibilidades reais no horizonte das sociedades contemporâneas.

Lembremos, para terminar, que o indivíduo moderno, livre, emancipado, não pode existir sem a sociedade moderna, da qual ele é o produto mais típico. A idéia de emancipação, a própria necessidade de autonomia, vivida como a afirmação da liberdade do indivíduo é uma destas normas que interiorizamos ao longo de nossa socialização. É importante destacar que autonomia individual é talvez uma das principais normas do mundo atual, extremamente funcional ao mercado de trabalho, pois permite a flexibilidade, e à sociedade de consumo, pois está na base da liberdade de escolha dos grupos-alvo da ação da publicidade, inclusive as crianças e adolescentes. Isto posto, é preciso fazer um esforço de *compreensão dialética* e lembrar também que, apesar da força das determinações sociais, existe sempre a possibilidade de mudança, pois os processos sociais são dinâmicos e contraditórios, e que, se as determinações fossem absolutas, não haveria história. Cabe à Sociologia da Infância, ou melhor ainda, aos **estudos interdisciplinares da infância**, construir novas abordagens capazes de compreender a complexidade deste processo de construção do indivíduo jovem no contexto de uma sociedade globalizada, mas diversa e desigual, profundamente marcada pela presença massiva de novos objetos técnicos de comunicação e informação que produzem cultura e educação.

## Novos paradigmas nos estudos da infância

O quadro conceitual rapidamente esboçado acima, embora parcial e incompleto, busca contribuir para avançarmos na compreensão das principais questões relativas ao problema que nos preocupa: as relações entre crianças e adolescentes, e dois importantes conjuntos de instituições

atuantes no processo de socialização, os sistemas educacionais (a escola) e os sistemas de comunicação social (mídias ou TIC). Muitas contribuições novas, algumas surpreendentes, têm vindo se acrescentar às concepções clássicas evocadas acima. Complexidade, interdisciplinariedade, diversidade cultural, superação das dicotomias típicas da modernidade, tais são alguns dos aspectos a considerar segundo as propostas de estudos da criança (novo campo denominado “Sociologia da Infância” na França e outros países latinos, e “Estudos da Infância”, *Childhood Studies*, nos países anglo-saxões). Estas novas propostas têm em comum a compreensão da infância como uma categoria social relevante decorrente do fato social de que agora **crianças são atores sociais, que participam** (embora a situação real das crianças varie enormemente segundo as regiões do planeta e as classes sociais). O contexto cultural do desenvolvimento destes novos “paradigmas” está relacionado a uma concepção social moderna (ocidental) de infância que leva a políticas planetárias de proteção da criança e do adolescente, conhecida nos meios especializados como a política dos **3 P** (*Proteção, Provisão, Participação*).

Evidentemente, a Sociologia da Infância surge e se desenvolve, porque as crianças reais se transformam com as transformações da sociedade, adquirindo status, direitos e visibilidade nunca dantes existentes. Tornam-se cidadãos plenos, e consumidores reais e potenciais. O indivíduo é doravante incitado a se comportar de modo diferente: a ser autônomo, a ser ele mesmo, a ser reflexivo diante da sociedade e da cultura, embora deva continuar a interiorizar os valores, as normas e o papéis sociais. Quando a escola estimula seus alunos a serem autônomos, ela produz, ao mesmo tempo, as normas que enquadram tal autonomia, na forma de identidades valorizadas (SINGLY, 1996). Tal ambigüidade está no centro da questão do mal-estar na civilização do século 21.

O processo de socialização é impregnado destas questões de sociedade. A Sociologia da Infância pode significar uma grande contribuição para a compreensão das relações entre a infância e a sociedade, e suas principais instâncias de socialização (família, mídias, educação...), na medida em que consiga produzir um melhor conhecimento da **criança real** (estudada com base na *categoria infância*), diversa e desigual, vivendo e aprendendo em contextos em mudança. Esta criança é sujeito dos processos de educação e de comunicação, e interage com outros seres que a cercam

e fazem parte de seu universo de socialização (seres humanos adultos e crianças, educadores e outros). Dentre as mudanças mais importantes nos elementos essenciais que compõem o universo de socialização nas sociedades contemporâneas, é importante destacar que as crianças e adolescentes interagem cada vez mais, de modos que nos são desconhecidos e que estamos começando a estudar, com aqueles *seres híbridos* que são os artefatos técnicos criados pelo homem:

Enquanto a mentalidade moderna separa natureza e cultura, simultaneamente híbridos proliferam. Cada dispositivo, máquina, tecnologia não é nem natureza pura nem pura cultura, mas uma rede de associações que negam a própria pureza. São **redes sócio-técnicas híbridas** (LATOURET apud PROUT, 2005, p. 115).

Terá este conceito tão perturbador algum valor heurístico (de explicação) para a compreensão das diferentes infâncias nas sociedades contemporâneas, especialmente as relações das crianças com as diferentes máquinas de comunicar? Prout (2005), examinando o papel crucial desempenhado pelas tecnologias na construção da infância contemporânea, conclui:

A infância deve ser considerada como uma coleção de conjuntos diversos e emergentes, construídos a partir de materiais heterogêneos. Estes materiais são biológicos, sociais, culturais, tecnológicos e assim por diante. No entanto, eles não são vistos como puros materiais, mas são eles próprios **híbridos** produzidos através do tempo. (PROUT, 2005, p. 116).

Segundo este autor, os modos como as mídias contemporâneas estão pluralizando a socialização podem ser vistos como conflitos entre o conjunto “sala de aula/professor/aluno” e o conjunto “mercado/mídias/criança”. Para ele, a Convenção dos Direitos da Criança pode ser entendida como um novo conjunto que tenta proteger as crianças sem excluí-las da participação.

Não se pode negar que as mídias desestabilizam a fronteira entre as esferas pública e privada, entre infância e idade adulta, criando condições novas, nas quais a dependência das crianças se torna problemática, e sua participação pode ser construída e ampliada. Brinquedos tecnológicos,

tecnologias de informação e comunicação, tecnologias de reprodução humana, clonagem, fármacos e outras técnicas estão mudando os modos de ser das crianças, o papel e o estatuto da infância nas sociedades contemporâneas, e desestabilizando limites e oposições tidos como evidentes e garantidos na modernidade. Mídias eletrônicas cada vez mais sofisticadas, com graus de interatividade incrementados, integradas a redes telemáticas que permitem contatos *on-line* com seres humanos e não humanos em todo o planeta, representam um grande desafio para os estudos da infância e, por extensão, para o conhecimento e as práticas na educação.

Crianças consideram computadores – *máquinas que pensam e falam* – como seres vivos com consciência e sentimentos, revolucionando os limites estabelecidos entre humanos e técnicas (TURKLE, 1997). Haraway (2000), com seu conceito de “*cyborg*”, criou, nos anos 1980, um neologismo que integra os termos “*cyber e organismo*”, para representar uma entidade que é parte humana e parte tecnológica. Latour (1994) afirma que *tecnologias são seres híbridos de natureza e cultura*. Diante de desafios de tal porte, que pode fazer nossa pobre escola pública para continuar assegurando seu papel de instituição de socialização, e sua função de democratização do saber e da cultura?

## Referências

- ARENDDT, H. *La crise de la culture*. Paris: Gallimard, 1972.
- BELLONI, M. L. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BELLONI, M. L. *O papel da televisão no processo de socialização*. Brasília, Texto para discussão. Departamento de Sociologia, UnB, 1992. Mimeografado.
- BERGER, P. *Invitation à la Sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- BERGER, P.; LUCKMANN, Th. *La construction sociale de la réalité*. Paris: Armand Colin, 2006.
- BOLLIET, D.; SCHMITT, J. P. *La Socialisation*. Paris: Bréal, 2002.
- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Mouton-Bordas, 1971.

- BOURDIEU, P. *La domination masculine*. Paris: Editions du Seuil, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- CHOMBART DE LAUWE, M. J.; BELLAN, C. *Enfants de l'image*. Paris: Payot, 1979.
- CORSARO, W. *The Sociology of Childhood*. 2.ed. London: Sage Publications, 2005.
- DURKHEIM, E. *Education et Sociologie*. Paris: PUF, 1958.
- FREITAG, B. *Habermas e a teoria da modernidade*. Brasília: Casa das Musas, 2004.
- HABERMAS, J. *Logique des sciences sociales*. Paris: PUF, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Morale et communication*. Paris: CERF, 1986.
- HARAWAY, D. *Manifesto cuborgue : ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- JAMES, A.; PROUT, A. *Constructing and reconstructing childhood*. Oxon: Routledge Falmer, 1997.
- LAHIRE, B. *L'Homme pluriel*. Paris: Nathan, 1998.
- LATOURETTE, B. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LIMA, L. O. *A construção do homem segundo Piaget*. São Paulo: Summus, 1984.
- LURÇAT, L. *La socialisation des enfants à l'école maternelle*. Paris: 1983. (PsychoSociologie de l'Éducation, 7).
- \_\_\_\_\_. *Le jeune enfant devant les apparences télévisuelles*. Paris: ESF, 1984.
- MEAD, G. H. *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF, 2006.
- MEAD, M. *Mœurs et sexualité en Océanie*. Paris: Plon/Pocket, 2004.
- MONTANDON, C. De l'étude de la socialisation des enfants à la Sociologie de l'Enfance: nécessité ou illusion épistémologique? In: SIROTA, R. (Org.). *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*. Rennes: PUR, 2006.

- PARSONS, T. *Eléments pour une Sociologie de l'Action*. Paris: Plon, 1955.
- PERCHERON, A. *L'univers politique des enfants*. Paris: FNNSP/A. Colin, 1974.
- PIAGET, J. *La psychologie de l'intelligence*. Paris: A. Colin, 1968.
- PORCHER, L. *L'école parallèle*. Paris: Larousse, 1974.
- PROUT, A. *The future of childhood*. Oxon: Routledge Falmer, 2005.
- SINGLY, F. de. *Le soi, le couple et la famille*. Paris: Nathan, 1996.
- SIROTA, R. Petit objet insolite ou champ constitué, la Sociologie de l'Enfance est-elle encore dans les choux? In: SIROTA, R. (Org.). *Éléments pour une Sociologie de l'Enfance*. Rennes: PUR, 2006.
- TURKLE, S. *A vida no Ecrã*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.



Childhood, Media and Education:  
re-viewing the concept of  
socialization

**Abstract:**

Human beings do not spontaneously become social beings with effective social competencies. It is necessary for the new generations that assure the reproduction of society to interiorize the dispositions that humanize them, making them social individuals. Socialization is this process that develops throughout childhood and adolescence by means of practices and lived experiences. It is in no way limited to a simple training conducted by specialized institutions. In contemporary societies, the experiences of children tend to characterize the confusion between private and public life and the the obnubilation of borders between the adult and children's worlds; by a greater reflexivity and by a technological gap between generations that subverts the traditional relationship between the adult who knows from the child who does not. This article represents an attempt to synthesize the different concepts related to socialization in some of the main currents of sociology.

It involves a non-exhaustive reflex that intends to offer a modest contribution to understanding the latest advances in the sociology of infancy. This is based on a criticism of the concept of socialization. This analysis is inscribed in a broader work, the theoretical focus

Infancia, mídias y educación: re-visitando el concepto de socialización

**Resumen:**

El ser humano no se torna espontáneamente un ser social con competencias sociales efectivas. Es preciso que las nuevas generaciones, que aseguran la reproducción de la sociedad, interioricen las disposiciones para tornarlos individuos sociales. La socialización es este proceso que se desarrolla durante toda la infancia y la adolescencia por medio de las prácticas y de las experiencias vividas, y no se limita a simples entrenamientos realizado por las instituciones especializadas. En la sociedad contemporánea, las experiencias vividas por los niños y niñas tienen una tendencia de caracterizarse, entre otros aspectos, por la confusión entre la vida privada y la vida pública; por la confusión de las fronteras entre el mundo adulto y el mundo infantil; por una mayor reflexividad y por un espacio tecnológico entre las generaciones que subvierte la relación tradicional entre el adulto que sabe y el niño y la niña que no sabe. Este artículo presenta una tentativa de síntesis de los diferentes conceptos relativos a la socialización en algunas de las principales corrientes de la sociología. Se trata de una reflexión no exhaustiva que pretende traer una modesta contribución para comprender los últimos avances de la sociología de la infancia, realizados a partir de la crítica al concepto de socialización. Tal reflexión se inscribe en un trabajo

of which is the role performed by the media in the socialization process.

**Key words:** Children social aspects. Socialization.

más amplio que tiene como eje teórico el papel desempeñado por los diferentes medios de comunicación [médias] en el proceso de socialización.

**Palabras-clave:** Niños y niñas - aspectos sociales. Socialización.

### **Maria Luiza Belloni**

Professora aposentada da UFSC

Pesquisadora do CNPq

E-mail: malu@ced.ufsc.br

**Recebido em:** 17/4/2007

**Aprovado em:** 4/6/2007